

_____. **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores.** La Habana: Editorial Científico-Técnica, 1987.

_____. **Obras Completas.** Tomo V. Fundamentos de defectología. La Habana: Pueblo y Educación, 1989.

_____. **Obras escogidas.** Tomo III. Madrid: Editorial Visor, 2000.

WEINSTEIN, C. E.; MAYER, R. **The teaching of learning strategies.** New York: Ed. Handbook of Research on teaching, 1986.

ZILBERSTEIN, J.; SOLÍS, Y. **Estrategias de aprendizaje en cursos en CD Room, desde una didáctica desarrolladora.** Ponencia al evento Informática 2004. Celebrado del 10 al 15 de mayo en el Palacio de las Convenciones. La Habana, 2004



A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

*Robson Santos da Silva*³⁶

RESUMO: As novas tecnologias da informação deram grande impulso à educação, potencializando, particularmente, a Educação a Distância (EAD). No Brasil, desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, a EAD já passou por diferentes regulamentações. A mais recente e aprovada em 19 de dezembro de 2005, é o Decreto 5.622 que regulamenta o Art. 80 da LDB e traz, em si, um amadurecimento do país em relação ao potencial e aos problemas inerentes a essa modalidade educacional para o Brasil. Para muitos, representa um avanço, para outros, uma lei ainda conservadora em vista da visível centralização do governo federal quanto aos credenciamentos e possibilidades de uso. O tempo, certamente, será o grande fiador das mudanças que deverão ser feitas. Mas, para que essas ações possam ser tomadas, será preciso que se ponha a nova sistemática em prática, observando-lhe as virtudes e vencendo os desafios. É nesse contexto de intensas mudanças que o artigo pontua aspectos que se relacionam diretamente à realidade amazônica.

PALAVRAS-CHAVES: Educação a Distância (EAD); Política educacional; Legislação

INTRODUÇÃO

Não há relatos na história que sejam capazes de fazerem frente às incontáveis e velozes mudanças experimentadas pelo mundo durante os últimos cinquenta anos. Neste contexto, os avanços nas áreas tecnológicas, de comunicações e de saúde se sobressaem, permitindo ao Homem a capacidade de realizar ações jamais imagináveis pelos mais audaciosos pensadores. Mas, a grande pergunta ainda permanece envolta em mistério: o Homem, enquanto ser social e ético, evoluiu? Bem, comparando-se os direitos individuais e coletivos e também o modo de vida possível num passado ainda remoto, não restam dúvidas de que houve progressos. No entanto, o que preocupa agora é o fato de que, juntamente com o salto tecnológico, o Homem potencializou ao máximo a sua capacidade de autodestruição. Aliado ao crescimento da população mundial, à sociedade vem à tona um desafio ainda mais contundente. Afinal, como viver em um mundo do consumo exacerbado sem fazer da educação mais uma mercadoria?

³⁶ Prof. MSc. em Educação (UFAM). Pesquisador e docente do Centro Universitário Luterano de Manaus (ULBRA), Universidade Paulista (UNIP) e Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Contatos: (092) 99954261 / 36224976; cigrobson@yahoo.com.br

Reformas, ampliação e revisão de legislações e políticas educacionais marcaram não apenas a história brasileira, mas de inúmeros países ao redor do mundo. O problema porém parece residir no objetivo dessas propostas que, ao invés da preocupação com o ser humano, com a sociedade, concentram-se, conforme Azevedo (2004, p. 11), *na tentativa de melhorar as economias nacionais pelo fortalecimento dos laços entre escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercado*. Já não mais se pode negar que os princípios básicos da gestão empresarial, definitivamente, instalaram-se na educação. Ao leitor, isso pode parecer bastante interessante, afinal conceitos como qualidade total, controle de desperdícios, eficácia e eficiente não fazem mal a qualquer empreendimento. O problema, porém, reside no fato de que a educação é dialética, pois se estrutura por meio de construções e, particularmente, nas desconstruções, o que, nem sempre, agrada. Bem, se o aluno for cliente, como contrariá-lo? Como desfazer suas certezas? E o pior, num mundo corporativo, o cliente não pode ser contrariado. Sendo assim, como os educadores podem trabalhar numa ambiente educacional em que as autoridades, a sociedade e os gestores de escola acreditam que a escola é seja uma empresa na mais pura acepção da palavra? Bem, esse parece ser o mais complexo desafio para a educação nessa nova era em que tudo passou a ser relativo, em que os conceitos predominam sobre as definições.

A sociedade do Século XXI se vê diante de um estranho dualismo, pois, apesar de se considerar que vive a Era do Conhecimento, produz um número cada vez maior de ignorantes. Aparentemente, tantos problemas parecem ser novos, mas, desde o início da construção das políticas liberais do Século XV, o advento do lucro vem produzindo esses fatos sociais. A diferença entre os tempos do início do Liberalismo e sua nova face, o Neoliberalismo, são os graves sinais de esgotamento que o mundo apresenta e a perspectiva de que a população, cada vez mais numerosa, passe a consumir cada vez mais. Ainda parte do caos estabelecido, os governos e os estados nacionais se colocam numa posição de expectativa onde a economia de mercado toma conta da cena.

O dinheiro, o lucro e o capital financeiro se fortalecem, mas já se pode perceber alguns sinais de mudança e reação, particularmente daqueles que vêem a educação não como a chave definitiva para a solução de todos os problemas, mas como um instrumento que, seja qual for o caminho

de melhoria escolhido, estará sempre presente. Seja como for é preciso estar atento para que se possa responder: *como é possível educar ou dar as condições para que a educação do ser humano ocorra? Como educar não para o lucro, para o consumo, mas sim para a formação do homem ético e centrado no bem-comum num sistema individualista e financeiro como o que se vive atualmente?*

Para Fazenda (1993, p.37),

uma reflexão epistemológica cuidadosa possibilitaria consideráveis avanços, conduzindo à visualização de projetos concretos de investigação, capazes de corresponder aos novos paradigmas emergentes. Assim, haverá a possibilidade de acabar com as dúvidas existentes entre um passado que se nega, um futuro almejado e um presente muito arraigado dentro da cultura.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

É nesse contexto de mudanças e da urgente necessidade de soluções sociais efetivas que a Educação a Distância (EAD) começa a se concretizar mundialmente. A experiência fornece dados suficientes para provar que não existem soluções definitivas no campo da formação humana, mas, sem dúvidas, a EAD é uma ferramenta que não pode ser ignorada, possuindo todos os indícios de que se trata de uma alternativa que veio para ficar.

Atualmente, essa modalidade educacional se encontra em plena expansão no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, Portarias e Decretos, constantemente atualizados, fornecem-lhe legitimidade. A mais recente modificação foi o Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que trouxe, dentre outras inúmeras mudanças, o próprio conceito de EAD que, no entendimento do Governo Federal,

[...] é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Por sua vez, a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, abre espaço para que as instituições de ensino superior ofereçam disciplinas na modalidade não presencial. Evidentemente, essa nova perspectiva abre infinitas possibilidades para a expansão da educação. Mas, como realizar essas ações com credibilidade e preocupação realmente condizente com as peculiaridades da formação humana?

As respostas a tantas indagações permeiam toda a sociedade, afinal, conforme ratificado por Fazenda (1993), é preciso entender que o conhecimento não se restringe à sala de aula, mas ultrapassa os limites do saber escolar e se fortalece na medida em que ganha a amplitude da vida social. Políticas educacionais que não considerem essa perspectiva possuem fortes chances de insucesso. É preciso ir além das questões político-econômicas. Para que se possa ter uma dimensão correta da educação e, particularmente da EAD, faz-se necessária também uma abordagem pedagógica capaz de buscar um posicionamento adequado diante da diversidade de fatores, assumindo definitivamente que somente uma educação de qualidade social, capaz de colocar o Homem como centro de todo o processo, será capaz de fornecer alternativas que permitam a continuidade da sociedade humana.

O PROFISSIONAL DE EAD

Não são raros os casos em que as mudanças propostas para a educação permanecem apenas no âmbito do planejamento. Os empecilhos político-econômicos normalmente são apontados como os grandes vilões, mas, e os educadores? Estão preparados para tantos desafios? Infelizmente, por medo, inexperiência ou formação deficiente, alguns profissionais acabam se tornando o epicentro de muitos fracassos. Dúvidas frente às mudanças, desconhecimento de cunho pedagógico e tecnológico acabam afetando os processos que tentam viabilizar mudanças.

Observa-se que falta a alguns educadores recuperarem o entendimento de que a sua prática depende da atitude que resolverem tomar frente ao conhecimento, reconhecendo que a

educação, ao mesmo tempo dialética, também possui a necessária versão positivista, ainda que, na maioria das vezes, inadequada ou descontextualizada.

O educador que trabalha com a EAD precisa estar atento para esse quadro considerando, pelo menos, dois aspectos básicos: primeiro, a necessidade indiscutível de sua existência e, segundo, a constante dinâmica resultante da necessidade de atualização de conhecimentos a fim de evitar que permaneça inerte frente à imobilização causada pelo Tecnicismo, ou seja, pelo abuso do que é técnico.

Segundo autores como Belloni (2001), para ser considerado um profissional capaz e preparado para enfrentar os atuais desafios da EAD, é preciso que se tenha desenvolvidas algumas condições fundamentais, como, por exemplo: empatia, senso de realidade, mentalidade científica, iniciativa, criatividade, autocontrole, interesse pela educação, maturidade emocional, entusiasmo e uma sólida cultura geral e profissional.

Da mesma forma que na modalidade presencial, a EAD não ocorre independentemente da realidade ou de forma neutra, ou seja, é fruto do sistema social, econômico e político, estando intimamente relacionado a todos os determinantes que configuram a realidade brasileira ou por eles condicionada. Sendo assim, é evidente que é preciso saber unir esta noção à responsabilidade, requisitos, condições pessoais e técnicas de sua função, capaz de pôr em prática ações holísticas e interdisciplinares.

JUSTIÇA E EDUCAÇÃO

Na história vivida neste século, as campanhas por justiça na educação trazem como principal preocupação as questões do acesso à escola, segundo a conclusão de Libâneo (1986). Em escala mundial, tem-se buscado a justiça educacional através da criação de sistemas escolares elementares e de campanhas de alfabetização de toda a população. As ações efetuadas têm a justiça como meta de programas de educação compensatória. Assim, observa-se que, tanto na

teoria quanto na prática, a distribuição é o elemento central nas discussões contemporâneas sobre educação.

O novo enfoque Neoliberal visa à padronização mundial, por essa razão, o grande impulso aparece com a perspectiva de que um serviço educacional limitado seja amplamente fornecido. Do modo como são feitos os estudos e afirmações, observa-se que as questões sobre o tipo de educação que os estudantes estão recebendo não são levadas em consideração. Assim, a maior parte das discussões sobre educação segue o mesmo padrão.

Quando as escolas são acusadas de fracasso no ensino daquilo que se considera *básico*, toma-se como dado que todos sabem qual é o significado do que seria *básico*. Esse pressuposto sobre o conteúdo está sendo transmitido globalmente por cursos tipo *standart* e são comercializados por empresas editoriais e instituições que desejam lucro fácil, deteriorando o verdadeiro compromisso da EAD, ou seja, oferecer uma oportunidade de justiça àqueles que estão excluídos dos benefícios de uma educação de qualidade.

Segundo Grossi (2000), a debilidade de um tratamento puramente distributivo da questão da justiça educacional reside no fato de que ele não discute a natureza da educação em si. A educação é um processo social, atuando através de relações sociais, nas quais o *quanto* e o *quê* são inseparáveis. Não se quer dizer, porém, que a questão da distribuição não seja importante, mas sim que a educação não pode ser vista simplesmente como uma simples e medíocre mercadoria.

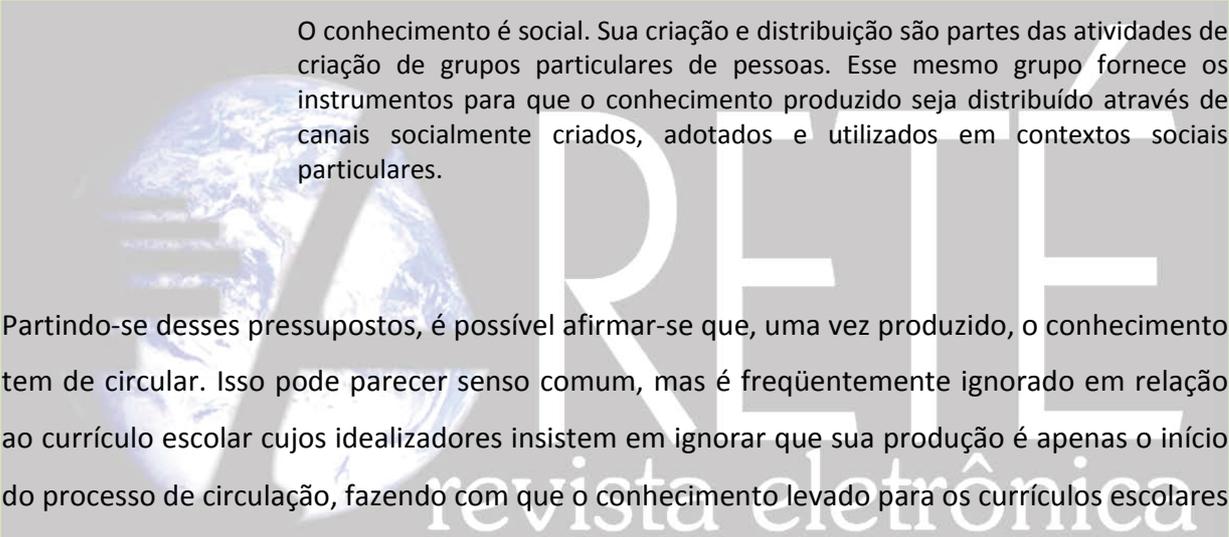
Tal afirmação fica amplamente defendida quando observadas as diferenças sociais em questão. As pessoas apresentam diferentes resultados de escolarização, porque elas têm diferentes relações com o mundo em que vivem. Conseqüentemente, o conhecimento escolar personalizado e, ao mesmo tempo, amplo acaba se tornando um elemento-chave na questão da diminuição da desigualdade social.

Isso conduz a uma conclusão de vital importância já observada por Libâneo (1986), ou seja, a justiça não pode ser obtida através da distribuição da mesma quantidade de bem padronizado e inquestionável às crianças de todos os grupos sociais. O serviço fornecido pelas escolas significa

diferentes coisas para as crianças de origens sociais e culturais diferentes. Assim, faz-se necessário que junto com o conceito de justiça distributiva venha à tona o conceito de justiça através da correta utilização da Educação, seja ela presencial ou a distância.

CONCEPÇÃO CURRICULAR PARA A EAD

A definição da UNESCO faz constar que: “currículo são todas as experiências, atividades, matérias, métodos de ensino e outros meios empregados pelo professor ou considerados por ele, no sentido de alcançar os fins da educação”. Segundo Libâneo (2002, p.52),



O conhecimento é social. Sua criação e distribuição são partes das atividades de criação de grupos particulares de pessoas. Esse mesmo grupo fornece os instrumentos para que o conhecimento produzido seja distribuído através de canais socialmente criados, adotados e utilizados em contextos sociais particulares.

Partindo-se desses pressupostos, é possível afirmar-se que, uma vez produzido, o conhecimento tem de circular. Isso pode parecer senso comum, mas é freqüentemente ignorado em relação ao currículo escolar cujos idealizadores insistem em ignorar que sua produção é apenas o início do processo de circulação, fazendo com que o conhecimento levado para os currículos escolares seja perigosamente moldado, gerando conseqüências sociais complexas. O currículo produz efeitos sociais não de forma casual, mas através de sua própria natureza. Segundo Levy (1999, p.27):

Se um currículo é organizado como a apropriação individual de porções do conhecimento abstrato, hierarquicamente organizado, medido por uma avaliação individual competitiva, então aquele currículo produzirá, de forma garantida, divisões educacionais, de acordo com características de classe social.

Conforme já fora ressaltado, a EAD não é algo milagroso que solucionará todos os problemas da educação, mas certamente trata-se de um importante fator para a busca de soluções. E, nesse

contexto, currículos que tenham como principal preocupação o aluno, centro de todo o processo, permitirão um avanço cada vez mais sólido.

A EAD via Internet é um exemplo disto. Segundo pesquisas, os usuários deste meio de comunicação são pessoas informadas e que não aceitam a morosidade e a falta de realidade de grande parte dos currículos acadêmicos, exigindo assim que os profissionais que desejem educar via *web* revejam constantemente sua prática e os conteúdos ministrados.

Uma das vantagens da Internet reside na possibilidade de se organizar os alunos em turmas, tal como no ensino presencial, e isto certamente tem reflexos positivos sobre a motivação do estudante. Na verdade, assim como a educação a distância convencional exigiu o desenvolvimento de uma pedagogia específica, a educação *on-line* exige o desenvolvimento de um modelo pedagógico específico.

É a construção desta realidade que os currículos devem e podem viabilizar. O grande destaque fica por conta de que, ao mesmo tempo em que a EAD se modifica, ela obriga a uma alteração nos currículos e, é através desse ciclo infundável, que a realidade se processa e evolui.

Ainda há muito a se criar, experimentar e corrigir neste campo desafiador de constituição de uma nova pedagogia capaz de atender a tantas necessidades. Mas, hoje, há razoável consenso em torno do fato de que esta pedagogia deve estar atenta ao fato de que, cada vez mais, exigem-se profissionais e cidadãos capazes de trabalhar em grupo, interagindo em equipes reais ou virtuais.

Mais do que o sujeito "autônomo", "auto-didata", a sociedade hoje requer um sujeito que saiba contribuir para o aprendizado do grupo de pessoas do qual ele faz parte, quer ensinando, quer mobilizando, respondendo ou perguntando. É a inteligência coletiva do grupo que se deseja pôr em funcionamento, a combinação de competências distribuídas entre seus integrantes, mais do que a genialidade de um só.

Isso, infelizmente, ainda não é viabilizado pelos currículos e formas como hoje se apresentam, mas a EAD possui todos os requisitos para forçar essa evolução. Para Freire, "como tudo o que,

na efêmera existência humana, acontece, a proposta educativa também passa obrigatoriamente por duas fases distintas e decisivas: por um lado proposta e construção, por outro crise e decomposição” (1993, p. 51).

PEDAGOGIA EM EAD

Segundo Holanda (2000), “Pedagogia é a teoria e ciência da educação e do ensino.”

Aprofundando esse significado, tem-se em Libâneo (2002, p. 30) que

Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana. Nesse sentido, educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

Em nenhum momento da História, a Pedagogia parece ter sido tão necessária quanto no período que se iniciou no Século XX. Principalmente no Ocidente, a concentração urbana e a vida baseada em parâmetros capitalistas fizeram com que a educação familiar passasse a apresentar deficiências que perigosamente acreditou-se poder ser superada por uma ação eficiente da educação formal realizada nas escolas. Essa nova concepção sobre o papel da escola, acarretou novas responsabilidades para os pedagogos.

Não há nenhuma surpresa quando se observa o quanto as decisões econômicas influenciam nos rumos dados à educação de uma determinada sociedade. O que surpreende na verdade é a importância que esse fator vem assumindo frente a ela. Numa fase da evolução social em que o consumo é a palavra de ordem, a educação, perigosamente, vem assumindo características de simples mercadoria. E essa não é uma realidade que assombra apenas a educação presencial, mas já começa a dar claros sinais também na EAD.

Para muitos educadores, a educação a distância é a uma forma industrializada de se transmitir e fornecer conhecimentos. Evidentemente, há sérias críticas quanto a essa afirmação. Mas, a

ausência do trabalho da Pedagogia em algumas experiências em EAD acabaram fornecendo subsídios para que o alerta advindo dessa afirmação realmente se concretizasse.

No entanto, para que a Pedagogia possa realmente exercer uma ação de qualidade, atendendo de forma correta a demanda cada vez maior pela aquisição de novos conhecimentos, é preciso que ela seja capaz de exercer, na plenitude, as tarefas que dela se espera e, para isso, é necessário um esforço coletivo de cunho social, político e econômico.

Evidentemente, a tarefa de educar não é uma exclusividade do pedagogo. Diferentes profissionais ligados à tarefa docente e todos os integrantes adultos de uma sociedade possuem essa tarefa como um pressuposto natural, pois a educação se dá não apenas na escola, mas em todos os momentos e situações que a vida oferece. Mas, na educação escolar, a não-observância de alguns fatores pedagógicos fundamentais poderão reconduzir a educação e, particularmente, a EAD aos mesmos problemas já detectados no passado.

Nesse contexto, a tendência tecnicista aparece com bastante destaque. Oficialmente introduzida na educação a partir dos anos 50, defendia-se o que foi observado por Luckesi (1994, p. 60), ou seja, *a escola teria como função a modelagem do comportamento humano*. Para conseguir realizar o ato educativo considerava que os conteúdos de ensino fossem ordenados como informações segundo padrões psicológicos capazes de facilitar a absorção do conteúdo a ser aprendido. Permeando todo esse processo, os métodos de ensino assumiriam um papel fundamental, assegurando que todas as condições técnicas e procedimentos adequados viabilizassem a aprendizagem cuja essência é a modificação do desempenho.

A tendência tecnicista, como toda ação humana, é composta de dualidades. Nem tudo é totalmente positivo ou negativo. O fato foi que, ao mesmo tempo em que provou o quanto a tecnologia pode ser útil para o processo educacional, ela fez desse meio a essência da educação, o que, evidentemente, é um erro, pois tira dela sua maior característica, ou seja, a humanização e a dialética do ato educativo.

Observando-se as melhores experiências em educação, pode-se perceber que as que obtiveram sucesso foram exatamente aquelas que utilizaram a multiplicidade de concepções e a interdisciplinaridade alinhadas a uma boa metodologia, o que, nos dias atuais, soma-se às inúmeras possibilidades advindas das tecnologias da informação e da comunicação.

A partir dessas considerações e independentemente do conceito de EAD que se deseje adotar, existe um fator que permeia qualquer concepção, ou seja, é a necessidade da interação, da troca irrestrita entre todos os envolvidos no processo educacional. É exatamente nesse ponto que se assenta a importância da tecnologia, pois ela permite que esse pilar fundamental da educação a presencial ou a distância seja obedecido.

Devido a questões econômicas, políticas e culturais, muitas dessas conquistas ainda estão longe de serem uma realidade no cotidiano escolar. Mas, apesar das dificuldades, a tendência é de que a necessidade de acesso à tecnologia faça por si só com que as pessoas, sociedades e governos tenham essa possibilidade a médio prazo.

Mas, partindo-se do pressuposto que esses problemas de acesso sejam superados. De que forma todas essas facilidades poderão contribuir realmente para o pleno desenvolvimento da EAD? Como viabilizá-la através de uma gestão capaz de permitir a realização de uma prática pedagógica adequada e de acordo com as necessidades dos alunos? Como evitar que aconteça com a EAD as incontáveis rotinas de tentativa e erro que a educação vem sofrendo ao longo de sua História? É possível continuar com ações de acertos e erros quando se trata de formação humana? Qual o preço que a sociedade paga pela falta de compromisso com a educação de qualidade?

O grande mérito desses questionamentos reside no fato de que, por si só, eles já fornecem os indícios que permearão as possíveis soluções. Mas, sejam quais forem as respostas, a gestão dos sistemas de EAD, para ser eficiente, terá que passar pelo crivo dos princípios fundamentais da Pedagogia, sob pena de ocorrer uma distorção total de suas potencialidades, transformando-a em mero comércio de diplomas.

NOVAS TECNOLOGIAS, ANTIGAS POSSIBILIDADES

Segundo pesquisa recente sobre a indústria editorial brasileira, as estatísticas das vendas de livros de papel exibiram uma queda de 30% nos últimos três anos. O número de títulos e exemplares produzidos caiu devido a crises econômicas, à disparidade em relação ao dólar e à falta de criatividade para venda. O faturamento também caiu, por causa dos preços mais acessíveis dos livros. O Brasil ainda amarga o número de dois livros lidos ao ano, por habitante, desde os 10 anos de idade. Mas esta é uma média não muito confiável, pois inclui os livros didáticos e os livros de leitura obrigatória para a escola. Desprezando-se esses dois e considerando-se só os livros escolhidos pelo próprio leitor, tem-se o preocupante resultado de menos de um livro lido por ano.

Alguns defendem a idéia de o fato resulta da ausência da prática da leitura por parte dos pais, não repassando esse hábito a seus filhos; outros defendem que as pessoas deste final de milênio preferem atitudes mais passivas, que não dêem tanto trabalho ao intelecto. O fato é que se lê pouco. O livro, independentemente de seu formato, mídia ou característica, é apenas um instrumento. É inútil desperdiçar forças lutando contra o desenvolvimento de novas tecnologias, quando a prioridade deveria ser tornar o livro mais acessível e atraente, ainda que em sua versão digital.

O educador, que lida com a EAD e seus especificidades metodológicas, tem que estar atento para não parar no tempo. O impresso é importante, mas não se sabe ao certo o quanto ele ainda o será no futuro. As projeções futuras não mostram o predomínio de qualquer meio, mas sim a certeza de que eles conviverão lado a lado por muito tempo ainda.

Como outros fatores inerentes à natureza humana, o uso da tecnologia em educação pode resultar em algo extremamente positivo ou negativo. Aos educadores, e famílias, cabe o dever de zelar para que o melhor aconteça. Sendo assim, não se pode permitir que a tecnologia afaste as pessoas. Ao contrário, deve-se lutar para que a Internet, a realidade virtual, as videoconferências *on-line* coloque mais humanidade em cada pessoa. A cumplicidade, o fator

afetivo autor–leitor sempre existirão desde que aquele saiba que a razão de seu trabalho são os leitores.

Já tendo incorporado três gerações tecnológicas, ou seja, o impresso, a televisão e os meios eletrônicos, a EAD vem se concretizando através de mais uma nova possibilidade. Trata-se do *e-learning*, ou aprendizagem eletrônica, cuja principal característica é a possibilidade de disponibilizar na Internet todo o conteúdo que um aluno necessita saber sobre determinado assunto através de ferramentas síncronas ou assíncronas de comunicação.

Seu uso começou a ser construído durante os anos 80 e 90 e marcaram o início efetivo do uso dos computadores pessoais não apenas como um importante instrumento de trabalho, mas, principalmente, como um poderoso meio de comunicação. Aliados à Internet, essas máquinas foram as grandes responsáveis pelo processo revolucionário experimentado pela educação desde então, particularmente no que se refere à modalidade a distância (EAD). Isso se deve ao fato de que, depois de mais de um século de existência, a então conhecida por educação por correspondência, tendo em vista a metodologia utilizada, pudesse realmente passar por um aprimoramento significativo, tornando-se o que hoje se conceitua EAD.

Atualmente, no Brasil, existem organizações que já utilizam o *e-learning* de forma efetiva, cabendo destacar que a grande maioria dos usuários são empresas privadas, ou seja, uma grande parcela do governo, das universidades e das escolas ainda não atentaram para esta nova fase da EAD. Os estudos ainda revelam que, dentre os usuários, 31% estão na região Sudeste, a região Sul responde por 20%, o Nordeste por 18%, o Centro-Oeste por 17% e o Norte por 13%. Sendo que, em 51% desses projetos, menos de 100 pessoas são atendidas mensalmente.

É evidente que, como em qualquer empreendimento, o *e-learning* apresenta condições especiais para que possa ter sucesso. As desvantagens existem, mas muitas delas decorrem basicamente de dois fatores: a falta de acesso tecnológico de uma grande parcela da população e principalmente a não existência de uma cultura de uso efetivo da Internet como ferramenta para a aprendizagem. Quanto às vantagens, essas passam principalmente pela capacidade de

alcançar um grande numero de pessoas sem abrir mão da personalização e da redução de custos, particularmente após a implantação do sistema.

EAD – ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Muito se tem discutido a questão do desenvolvimento sustentável no Brasil. No entanto, grande parte das soluções apontadas para a superação dos desafios que se fazem presentes na exploração adequada dos recursos naturais acaba se concentrando nos aspectos econômicos e ambientais. Assim, a questão mais importante de todas, ou seja, a formação do ser humano, fica relegada a uma posição secundária.

Atualmente, o país possui algumas das melhores e mais respeitadas instituições de pesquisa da América Latina. Mas, as descobertas científicas e as melhorias que delas advém nem sempre podem ser colocadas em prática devido a inúmeros fatores. Restrições orçamentárias, a complexidade da logística e a limitação de acesso à informática são alguns desses elementos que, por sua vez, só perdem em importância para o desconhecimento que uma parcela considerável da população possui com relação ao próprio meio e o país onde vivem e do qual são partes integrantes.

Não se pode negar que muitas das mudanças que devem ser feitas passam necessariamente pela vontade política dos dirigentes do país em todas as esferas de poder, ou seja, federal, estadual e municipal. No entanto, não se restringe ao poder público a solução para todos os problemas. Sem a participação da população, todas as iniciativas serão frustradas. O que leva a inferir-se que sem uma população educada e consciente de seus direitos e deveres não há soluções duráveis e eficientes.

A História vem mostrando que os maiores erros cometidos ao longo da existência humana, em sua grande maioria, ocorreram não apenas pela ação, mas, principalmente, pela omissão. Assim, que preço o Brasil poderia pagar caso resolvesse se omitir perante a necessidade de uso adequado de seus meios naturais? Qual o papel da educação perante esse quadro? Como viabilizá-la efetivamente? As respostas adequadas a tantas dúvidas podem ainda não ter surgido, mas, sejam elas quais forem, passarão obrigatoriamente pela **Ação**. E, certamente,

nesse contexto de peculiaridades brasileiras, a educação a distância possui um lugar de destaque para o sucesso das medidas que forem adotadas.

As discussões sobre o significado do termo *desenvolvimento sustentável* se iniciaram ainda nos anos 60, a partir dos estudos realizados pelo chamado Clube de Roma. O conceito ganhou força em 1973, quando o canadense Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento cuja essência repousava na crença de que somente haveria desenvolvimento a partir do momento em que fosse levada em consideração, dentre outros fatores, *a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da social e política da população envolvida; a preservação do meio ambiente e a execução de programas de educação.* A profundidade dessas colocações serviram de base para o conceito de *desenvolvimento sustentável (DS)* que fora definido pela ONU

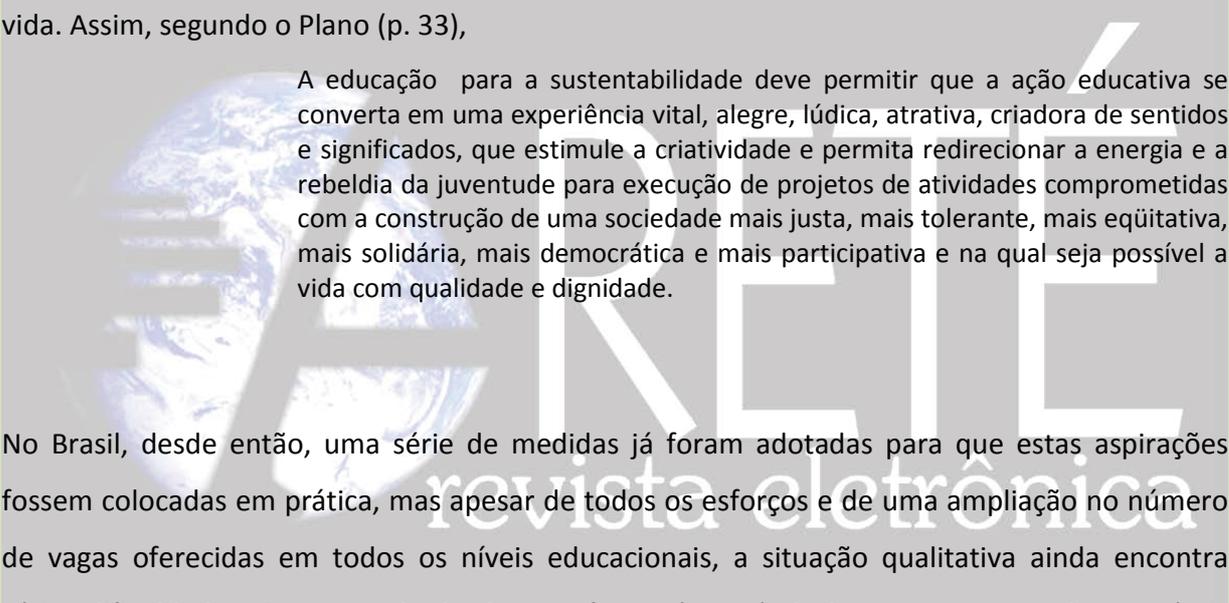
Em 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) apresentou o documento *Our Common Future*, conhecido também por relatório Brundtland, que define Desenvolvimento Sustentável como *o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades*, ou seja, uma evolução que promova e permita a harmonia entre o homem e a natureza.

Segundo ainda o relatório, para que o DS seja alcançado, uma série de medidas deve ser tomada pelos estados nacionais. E, dentre essas medidas, as que mais se enquadram nas peculiaridades e necessidades do Brasil, merecendo destaque são: *a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; desenvolvimento de tecnologias e fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial a partir de tecnologias ecologicamente adaptadas e controle da urbanização.*

Os fatores apresentados pelo relatório, apesar de extremamente importantes, não foram suficientes para que todos os problemas fossem resolvidos, pois as preocupações concentraram-se apenas no âmbito dos problemas político-econômicos. Não se pode negar a importância das conclusões expressas pelo documento, mas o mesmo não atingiu plenamente

os seus objetivos de fazer deslanchar de uma vez por todas as ações rumo à plenitude do Desenvolvimento Sustentável, pois colocou em posição secundária ou nem mesmo considerou os problemas sociais de toda ordem que afligem os países em desenvolvimento.

A Cúpula das Américas, realizada em 1988 na cidade de Brasília, trouxe à tona, através de seu Plano de Ação, uma série de fatores que, se colocados em prática, poderiam atender de modo satisfatório às inúmeras peculiaridades regionais não consideradas pela ONU. Dentre outras considerações, a riqueza do documento já poderia ser comprovada ao verificar-se que o mesmo já admite que não se terá um DS sem que a população possua uma educação sólida. Não se trata apenas de uma educação escolar e acadêmica, mas de uma educação para a vida e pela vida. Assim, segundo o Plano (p. 33),



A educação para a sustentabilidade deve permitir que a ação educativa se converta em uma experiência vital, alegre, lúdica, atrativa, criadora de sentidos e significados, que estimule a criatividade e permita redirecionar a energia e a rebeldia da juventude para execução de projetos de atividades comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa, mais tolerante, mais equitativa, mais solidária, mais democrática e mais participativa e na qual seja possível a vida com qualidade e dignidade.

No Brasil, desde então, uma série de medidas já foram adotadas para que estas aspirações fossem colocadas em prática, mas apesar de todos os esforços e de uma ampliação no número de vagas oferecidas em todos os níveis educacionais, a situação qualitativa ainda encontra sérias dificuldades. Como resultado deste esforço, é possível observar-se, em todos os níveis educacionais, uma sensível evolução.

A situação ainda é bastante preocupante, pois, por não atenderem a toda a demanda existente, pode conduzir a graves conseqüências, a curto, médio e longo prazo. O aumento da população aliado a uma necessidade de qualificação para o trabalho cada vez maior fazem com que uma considerável parcela dos jovens em idade economicamente ativa fique sem condições de trabalhar, aumentando a criminalidade, comprometendo seriamente a estrutura social, política e econômica do país.

Particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, os problemas assumem características peculiares. Longe dos grandes centros urbanos, afastados das escolas que lhe poderiam possibilitar a qualificação exigida pelo mercado, o jovem se vê numa situação difícil. Essa realidade, se aliada a uma precária situação estrutural familiar, acaba conduzindo muitos jovens a se envolverem em ilícitos de toda ordem em suas cidades de origem ou à migração em direção às capitais e grandes cidades da região ou do país.

PECULIARIDADES DA EAD NO BRASIL

As experiências brasileiras em EAD, apesar das peculiaridades regionais, encontram, normalmente, as mesmas dificuldades básicas. A diferença está na potencialização que recebem em função, principalmente, das dimensões continentais, das dificuldades logísticas e de acesso às modernas tecnologias da informação e da comunicação. A seguir, encontra-se um resumo dos elementos e situações mais importantes para que se possa caracterizar a EAD no país.

Material Didático – A produção de materiais didáticos – impressos, mídias eletrônicas, *software* e conteúdos para internet - adequados para o uso em EAD é um dos maiores desafios a serem vencidos. Há escassez de profissionais que conheçam as peculiaridades e a metodologia de confecção desses materiais, tornando bastante elevados os custos de produção. Os investimentos para a formação de pessoal especializado já começam a dar resultados, possibilitando que se evite que o país seja um consumidor de “pacotes educacionais” que desconheçam a realidade e as necessidades nacionais.

Logística – A dimensão continental do país torna o fluxo logístico (remessa, recebimento e transporte) de materiais demorado e com elevados custos. As limitações advindas dessas dificuldades se refletem não apenas no orçamento, mas principalmente não permitindo uma comunicação adequada com o aluno, seja nas atividades administrativas ou tutorias pedagógicas.

Acesso tecnológico – O acesso limitado à tecnologia da comunicação e da informação, principalmente a computadores, faz com que a maior parte da comunicação administrativa e dos materiais didáticos sejam confeccionados por meio do impresso. Nas capitais, apenas 30 % dos estudantes acessam a Internet, chegando, em média, a 15 % no interior. Isso se considerado o público estudante, pois vários não estudam exatamente por não possuírem qualquer possibilidade de acesso.

Questão cultural – apesar de não ser um problema exclusivo do Brasil, ainda há muita desconfiança com relação aos cursos realizados a distância. As incertezas são motivadas pela desconfiança sobre a validade legal dos cursos, pelo julgamento pessoal que o aluno faz sobre sua capacidade de estudo para acompanhar um curso em EAD e, principalmente, devido à tradição e maior sensação de confiança que o aluno tem ao estabelecer contato direto e pessoal com o professor.

Conforme já referenciado, falar em desenvolvimento sustentável era referir-se a uma utopia perseguida por poucas pessoas, empresas e governos. No entanto, se todas as nações do mundo não o estabelecerem como um objetivo permanente, não haverá mais espaço e condições para que se reverta a grave situação que vem conduzindo o planeta a amargar o preço da poluição, da violência e ignorância.

Difícilmente, será possível resgatar o consenso e até mesmo a ingenuidade que ocorre entre o pós-guerra e o início dos anos 60, em que a educação era tida como um elemento natural, espontâneo e desejado de igual forma por todos os integrantes da sociedade tendo em vista o bem-comum. No entanto, negá-la como um fator decisivo para a melhoria da condição social e humana seria um erro imperdoável. O momento requer uma educação ampla e irrestrita, onde o compromisso social do educador e dos governos esteja envolto nos valores éticos, ou seja, ações em que o compromisso com o ser humano ocorra por meio da justiça social e do amor ao próximo.

A promoção da educação, seja ela presencial ou fundamentada nas metodologias que utilizam as tecnologias da informação e da comunicação, não é apenas uma questão de

desenvolvimento econômico sustentável, mas um ato de justiça, pois permite que a população possa desfrutar dos benefícios alcançados pela humanidade em todas as áreas em que se façam necessários.

ESPECIFICIDADES PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Para que o leitor possa compreender as linhas descritas no presente artigo, é necessário que se retome, através de uma breve reflexão, importantes fatores apontados no início da leitura e que objetivam apontar alguns dos pontos que permeiam o momento atual pelo qual passa a educação na sociedade humana. Afinal, consumo e educação são palavras que se completam ou que se antagonizam? Será possível que sociedade atual, caracterizada pelo exacerbado consumo de produtos e serviços, essenciais e supérfluos, primar pelos parâmetros, sacrifícios e pela correção de atitudes que constituem os princípios educacionais? Diante das tecnologias educacionais, das mudanças quanto ao papel do Estado, qual o papel da educação no contexto de tantas mudanças?

Diante do quadro caótico, o fato mais preocupante é a constatação de que, apesar de todos os alertas, os países desenvolvidos e em desenvolvimento insistem nos erros. Senão por ação, muitas vezes por omissão. Os agentes do caos se dividem basicamente em dois grandes grupos. De um lado, os formadores de opinião e aqueles que detêm o poder econômico ignoram a Terra enquanto um sistema interdependente; de outro, a grande massa populacional ignorante e esperançosa em um dia poder seguir os passos dos primeiros. O mais impressionante é o quanto um sistema sócio-econômico falido atrai novos seguidos dispostos a perpetuarem os erros, ainda que os discursos das sociedades e pessoas emergentes digam o contrário. Mas, diante da situação, haverá soluções para a sociedade planetária? Os meios tecnológicos e de comunicação serão capazes de promover a união ou serão novas armas que potencializarão ainda mais o poder de destruição dos homens, antecipando ainda mais uma possível aniquilação do planeta? Seja qual for a resposta ou a solução, por mais radical que ela seja,

passará pela educação, ou seja, pela modificação do comportamento humano a partir das premissas do conhecimento adquirido e passado de geração em geração.

Segundo Drucker (1999), a nova economia mundial deu início a uma nova fase da História. Trata-se da sociedade do conhecimento onde este não é apenas mais um recurso ao lado dos tradicionais fatores de produção – trabalho, capital e terra – mas sim o único recurso realmente significativo. A pergunta que torna a permear o pensamento, neste caso é: como vencer as amarras e as barreiras impostas pela busca imposta pela sociedade a si mesma em que a economia parece ser o início e fim pelo qual se vive?

Independentemente das considerações sociais, filosóficas ou antropológicas que possam ser feitas, a realidade vem demonstrando que autores como Drucker e Toffler estão corretos. O desafio, no entanto, consiste em reverter esse conhecimento em favor da humanidade, visando à inclusão e não ao Darwinismo Social. Se conforme Toffler (1993), o conhecimento é a fonte de poder de mais alta qualidade e a chave para a mudança futura, como é possível permitir que ele usado para o bem comum e não apenas como arma mortal no mundo dos negócios?

Segundo Nonaka (1997, p. 24), *o conhecimento é a crença justificada*. No entanto, apesar de haver uma boa aceitação dessa premissa, a filosofia ocidental e a oriental apresentam algumas diferenças importantes. Enquanto no oriente, pensamento, sentimento e ação são partes integrantes do todo, as tradições epistemológicas ocidentais caracterizam o conhecimento a partir do racionalismo e do empirismo, deixando claro o seu caráter extremamente ceticista, através de um estranho revezamento entre razão e sentimento, fato esse ainda não reconhecido pela cultura oriental, mas que, gradativamente, vem se fortalecendo devido ao fato dos orientais, cada vez mais, espelharem-se no ocidente e nos seus padrões de consumo. Gradativamente, corpo, mente, equilíbrio, humanidade e respeito vem sendo substituídos por consumo, capital, desenvolvimento, bens, dentre outros que caracterizam o capitalismo.

Mas, frente a tantas mudanças, faz-se imprescindível que a crítica não se restrinja à reclamação ou às acusações. É tempo, principalmente, de se apontar soluções. E aqui, mais uma vez,

recupera-se a firme crença de que, sem educação, nenhuma solução poderá ser realmente consistente. Se o mundo vive um momento em que a economia é a base das ações, pode-se deduzir que, através dela, soluções sejam alçadas.

É nesse contexto, composto pela técnica, mercado global e capital, que a educação a distância (EAD) vem despontando como um importante ícone. Segundo Belloni (2001,p.11), sua evolução

[...] varia, desde os anos 80, entre duas orientações filosóficas predominantes, ou seja, o estilo industrializado de educação de massa baseada em princípios behavioristas e uma proposta mais aberta e flexível, supostamente mais adequadas às novas exigências sociais.

As diferentes perspectivas demonstram que a importantes mudanças. Já se verifica, por exemplo, a presença do que Levy (1999, p.17) considera como sendo o início do chamado de uma nova era, ou uma oportunidade para que o didático-pedagógico, o tecnológico e, principalmente, a sociedade humana possa fazer do espaço educacional uma alternativa inteligente rumo a um futuro promissor e mais justo. Neste universo composto por novas possibilidades, o autor chama a atenção para dois novos conceitos. O primeiro é a consideração de que *ciberespaço* é

Um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material de comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

O segundo conceito complementa a idéia de ciberespaço, especificou o termo denominado *cibercultura*, ou seja, *o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais) de práticas, atitudes, modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o ciberespaço*. No bojo dessas concepções, o autor procura demonstrar que cultura e técnica, em nenhum momento, mostram-se antagônicos, mas sim, complementares e constituintes de uma única inteligência coletiva e dinâmica, em que as tecnologias são, preliminarmente, frutos da inteligência humana e da forma com a qual cada sociedade vê o conhecimento, suas formas de aquisição e uso.

Assim, as tecnologias da inteligência, as inteligências coletivas não causam impactos na sociedade, mas funcionam como um motor para a cibercultura, pois *estabelece sinergia entre competências e limita as compartimentalizações e a opacidade da organização social*.

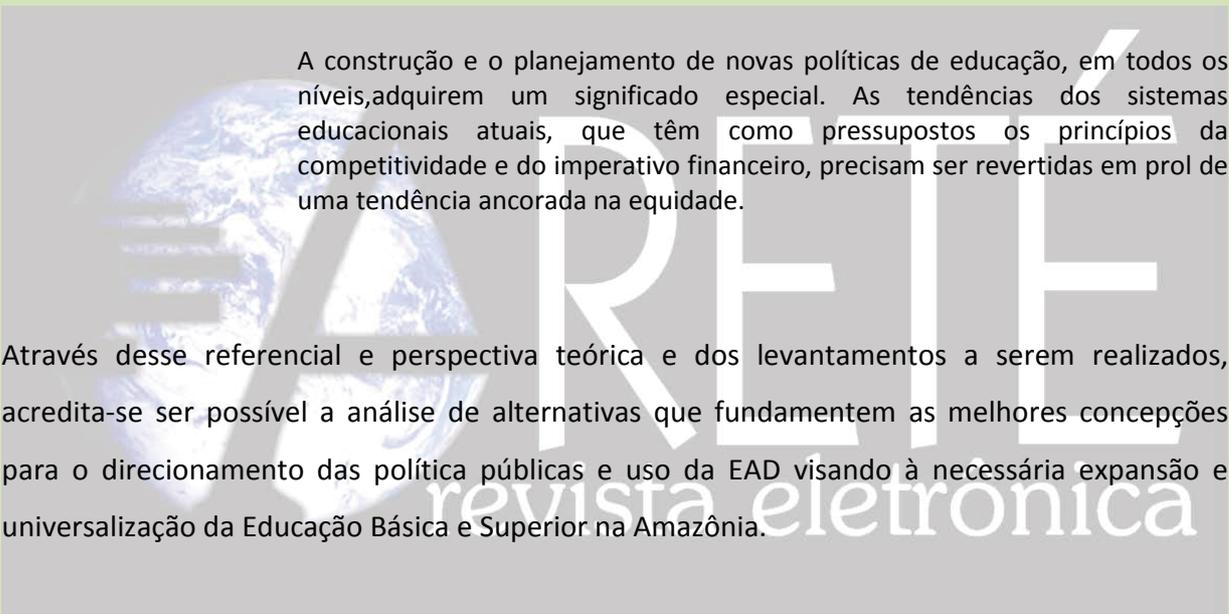
O computador e a Internet aparecem como elementos de base da nova fase pela qual atravessa a educação a distância. No entanto, deve-se ter clareza de que os modelos anteriores não podem ser abandonados, pois, são precursores da realidade atual. Convivendo harmonicamente, os modelos apontados por Peters (2003,p.48) – *correspondência, conversação, professoral e tutorial* – fornecem a base estruturante da educação através do ciberespaço que, apesar de todos os benéficos que vem apresentando, ainda convive com os conflitos que advém da incorreta dualidade existente entre o político-educacional e o didático pedagógico.

Inserida no contexto sócio-político e econômico brasileiro, a Amazônia possui inúmeras peculiaridades que ilustram tanto a necessidade da EAD enquanto alternativa de desenvolvimento como também das dificuldades em que se encontram aqueles que queiram efetivá-la para que a educação, em qualquer nível, possa ser consolidada. No entanto, para que melhor se possa compreender essas dificuldades, faz-se necessário ressaltar que, segundo Freitas (2004, p. 12), *todos os processos de intervenção econômica na Amazônia basearam-se na possibilidade de testar e incorporar novos conhecimentos às teorias científicas da época e de transformação de recursos naturais em riqueza, em produção e em fonte de desenvolvimento*.

Partindo-se desse raciocínio, não estaria o conceito de sustentabilidade dando continuidade às políticas que sempre permearam as iniciativas para essa região brasileira? Seria essa mais uma tentativa dos países centrais de manter a Amazônia sob a égide de seu domínio? Seja como for, as políticas públicas brasileiras devem ser eficazes o suficiente para que a Amazônia não seja destruída ou entregue a interesses diferentes dos prioritários para o Brasil. Para tanto, quaisquer que sejam as medidas, serão necessários compromissos que tenham as pessoas e a sociedade como pontos centrais. Será preciso, conforme Freitas (2004), um esforço para que, seja vencida a etapa que reduziu a ciência meramente ao caráter reducionista e econômico.

Observando-se a agenda de várias organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras que atuam na Amazônia, diversos são os temas que permeiam suas agendas: monitoramento ambiental, novas tecnologias, assistência técnica e social às populações rurais, gestão de recursos naturais são as mais comuns. Mas, seriam essas as reais intenções? O Estado brasileiro não pode se dar ao luxo de aguardar passivamente o desenvolvimento da História. São necessárias medidas capazes de preparar a população para que a Amazônia continue a existir e assim sendo, continue sob a égide da soberania nacional.

Partindo-se do pressuposto da importância da educação nesse contexto, conforme Carnoy (em FREITAS, 2004, p. 37)



A construção e o planejamento de novas políticas de educação, em todos os níveis, adquirem um significado especial. As tendências dos sistemas educacionais atuais, que têm como pressupostos os princípios da competitividade e do imperativo financeiro, precisam ser revertidas em prol de uma tendência ancorada na equidade.

Através desse referencial e perspectiva teórica e dos levantamentos a serem realizados, acredita-se ser possível a análise de alternativas que fundamentem as melhores concepções para o direcionamento das políticas públicas e uso da EAD visando à necessária expansão e universalização da Educação Básica e Superior na Amazônia.

BREVE ANÁLISE DO DECRETO-LEI Nº 5.622

Aprovado em 20 de dezembro de 2005, o Decreto-lei nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 regulamenta o Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, definindo assim os parâmetros da EAD em todos os níveis. Uma observação detalhada do seu conteúdo permite que sejam detectadas importantes mudanças. Abaixo, seguem alguns comentários sobre os artigos de maior relevância para a realidade amazônica. Para tanto, os artigos foram agrupados de acordo com sua finalidade.

CONCEITO E OFERTA DE EAD NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – Art. 1º e 2º

Atualmente, as dificuldades e custos logísticos para que se possa fazer EAD na Amazônia são bastante significativos. O preço das encomendas, a hidrovia como principal via de acesso, o alto custo de passagens aéreas aliados às dificuldades para o acesso à Internet na região amazônica, particularmente devido à falta de sinal e de provedores, na maioria absoluta das localidades, torna inviável economicamente a iniciativa privada. Tal fato sobrecarrega a iniciativa governamental. Estima-se que, com o início do funcionamento da Universidade Aberta do Brasil, a situação possa ser significativamente solucionada.

O parágrafo 1º do Art. 1º vem sofrendo algumas críticas em virtude do **Item I** (avaliação do estudante) que prevê a realização de encontros presenciais para a realização de avaliações. No entanto, é preciso que se observe que educação é a chave para a vida em sociedade. Sendo assim, o contato pessoal entre professores e alunos e destes entre si sempre serão bem-vindos. Para a realidade amazônica, essa é uma das exigências mais difíceis de serem cumpridas, mas, em virtude de sua importância, sua realização torna-se imprescindível.

Apesar dos esforços governamentais nos últimos 12 anos, a carência educacional na região amazônica ainda se apresenta como um dos grandes desafios. Da educação básica aos cursos de pós-graduação, muito ainda precisa ser feito. Espera-se que com a nova legislação o acesso a cursos nas áreas de educação de jovens e adultos, graduação, mestrados e doutorados possam ter uma oferta condizente com a grande demanda existente. A grande evolução no entanto fica por conta de que, para a oferta de EAD, foram vencidas todas as barreiras legais, particularmente no que se refere à pós-graduação *strictu sensu*.

VALIDADE E ORGANIZAÇÃO DE CURSOS EM EAD: Artigos 3º, 4º, 5º e 6º

O tratamento da lei com relação à validade dos cursos a distância foi mantido pela nova legislação. Trata-se de um ponto de grande valor, pois, gradativamente, vem diminuindo o tratamento discriminatório pelo qual a EAD passou desde o início de sua utilização.

O objetivo do Art.4º é reforçar § 1º do Art. 1º., demonstrando, definitivamente, a importância que vem sendo dada aos encontros presenciais. No entanto, percebe-se que há, na verdade, duas grandes intenções por parte do Ministério da Educação: a primeira visando primar pela educação em sobreposição ao puro e simples ensino e, segundo, por haver, ainda, uma certa desconfiança com relação à qualidade que as instituições dispensaram aos seus cursos apesar de todo o cuidado que vem sendo tomado. Estima-se que, com a melhoria do entendimento da importância da EAD e com o avanço das tecnologias da comunicação, num médio prazo, tais exigências venham a ser suprimidas, particularmente nos cursos de ensino superior.

Educação e poder, desde o Império Romano, caminham lado a lado. Ao mesmo tempo, a ciência não tem barreiras, não reconhece fronteiras ou nacionalidade. É fruto desses dois aspectos antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares entre si que justifica a existência desse Artigo. Para alguns educadores, um absurdo. Para outros, um cuidado que merece credibilidade. Afinal, educação não é mercadoria. Não se pode importar. Educação requer se ergue sobre valores e, nem sempre, aqueles que vêm do exterior correspondem às aspirações do Brasil enquanto nação soberana, particularmente, sobre uma região tão rica quanto a Amazônia. A médio prazo, a tendência de que o Artigo venha a sofrer alterações é bastante provável, mas é preciso que se esteja atendo a dois aspectos em particular: credibilidade das instituições e cursos e interesse nacional.

COMPETÊNCIAS E CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E CURSOS – Art. 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15

O aspecto que mais se destaca na nova regulamentação é a forte preocupação do MEC quanto à competência para o credenciamento, às áreas de abrangência e os critérios de qualidade. Segundos dados da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED, 2006), o número de instituições que ministram EAD de forma autorizada pelo Sistema de Ensino (Federal, Estadual e Municipal) cresceu 30,7% de 2004 a 2005, totalizando mais de 504 mil alunos. Somente em 2005, 321 novos cursos foram apresentados, superando com larga margem os 54 novos apresentados em 2004. Atualmente, os sistemas contam com 217 cursos a distância legalmente

reconhecidos pelos sistemas de ensino. No entanto, estima-se em 1,2 milhões o número de alunos que estudaram a distância em 2005.

Basta uma rápida observação com relação aos números para ver que trabalhar com EAD, num primeiro momento, possa parecer um excelente negócio sob o ponto de vista econômico. Tal fato induz alguns a pensarem a EAD não como uma modalidade educacional, mas sim como uma rentável máquina de ganhar dinheiro. No entanto, ao se deparar com a seriedade que se deve ter com o EAD, muitos desistem, ou pior, ofertam cursos de baixa ou nenhuma qualidade, contribuindo assim para que o descrédito de um trabalho do qual o Brasil não pode prescindir.

Observa-se ainda que, ainda segundo a ABED (2006), os credenciamentos federais (Graduação e Pós-graduação) respondem por 59,7% dos alunos em EAD, ficando os sistemas estaduais e municipais responsáveis por 40,3% do número de matrículas.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PEDAGÓGICA – Art.16 e 17

O sistema de avaliação reforça as preocupações com a qualidade dos cursos ofertados. Observa-se que, em vista do novo tratamento dado à EAD, as exigências são bastante significativas.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA – Art. 18 e 19

Ao mesmo tempo em que reforça a certa rigidez nos credenciamentos, o decreto abre um importante precedente para a ação na educação de jovens e adultos, pois enfatiza as necessidades de cada indivíduo, uma vez que leva em consideração sua capacidade individual e sua bagagem cultural e de aprendizagem.

OFERTA DE CURSOS SUPERIORES E PÓS-GRADUAÇÃO: Art. 20, 21, 23, 24 e 25

O ensino superior responde pela maior parte dos cursos a distância que são oferecidos por meio dos sistemas de ensino. Mais de 50 % dos alunos que fizeram curso superior a distância se concentrou nos cursos de pós-graduação, particularmente, especialização. Neste contexto, a Região Norte responde por apenas 6%, o que indica que, em virtude do aumento no número de

acessos à educação básica, esses números tendem a crescer. No contexto dessa expansão, faz-se necessário observar que, apesar da importância da região, até o presente momento, o número de mestrados e doutorados estão bastante aquém do necessário e que não há qualquer curso *strictu sensu* em pauta para aprovação. Os indícios apontam para a necessidade de que sejam vencidas algumas atitudes conservadoras por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

ASPECTOS GERAIS – Art. 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35

A LDB de 1996 tem como uma de suas maiores preocupações a formação de pessoal técnico e docente. Nesse contexto, o ensino superior passou a ser um dos mais exigentes. Apesar da lei abrir precedente para os especialistas, particularmente nos grandes centros, ser professor universitário requer, no mínimo, o mestrado completo. Atualmente, um curso dessa natureza requer dedicação exclusiva por dois anos. Somente esse fato já é suficiente para que se exclua a maioria absoluta daqueles que se dedicam ao exercício do magistério, uma vez que as bolsas e programas de incentivo oferecidos não são suficientes para que um responsável pela renda familiar possa se manter durante tanto tempo de estudo. Tal aspecto torna o *strictu sensu* extremamente elitizado. Como é possível que um país possuidor de graves problemas educacionais possa limitar de modo tão fervoroso a formação de pesquisadores e produtores de conhecimento, essência dos cursos *strictu sensu*? A educação a distância, se corretamente conduzida, poderá responder com excelentes condições por essa demanda.

O presente artigo é um dos mais importantes para a região amazônica. As enormes distâncias aumentam os custos logísticos e dificultam o acesso a áreas mais afastadas, particularmente as localizadas no interior e em regiões de fronteira. Assim, apesar das peculiaridades que requeridas para se fazer EAD junto a crianças e adultos, abre-se uma excelente oportunidade para a universalização da educação básica.

COMENTÁRIO FINAL

Ainda há muito o que se fazer com relação à nova regulamentação. No entanto, o país dá claros sinais de amadurecimento quanto ao que espera da EAD. Atualmente, o maior desafio está conseguir pôr em prática o que prevê a legislação, seja por causa da necessária vontade política ou pela compartilhamento de ações capazes de vencer os altos custos envolvidos na implantação de sistemas de EAD.

Os desafios impostos pela EAD são inúmeros, quer para a Amazônia ou para outras áreas do país. No entanto, sejam quais forem as soluções encontradas, será preciso que todas as áreas sejam criteriosamente pensadas: fundamentação política, econômica, técnico-pedagógica e docente. Antes de tudo, será preciso reconhecer que a educação a distância, se tratada com a seriedade que lhe é peculiar, poderá ser uma importante ferramenta na construção de um país melhor socialmente e, principalmente, mais humano. Conforme Preti (1998),

Quando estamos falando de educação, estamos nos referindo a todos os aspectos da vida que ela abarca nas relações pessoais sociais; políticas, com a natureza e com o entorno. Está imiscuída, misturada e diluída em tudo. É parte do todo, é o todo (1998, p. 20).

É fato incontestável que, nos países onde a EAD se desenvolveu com vigor, as regulamentações foram as mais simplificadas possíveis. Mas, é preciso observar que, nem sempre, expansão significa qualidade. As peculiaridades brasileiras e, particularmente, as necessidades são diversas. Sendo assim, um crescimento fundamentado em concepções sólidas possibilita à EAD o alcance de seus objetivos, permitindo que Amazônia Brasileira seja capaz de abrigar uma população condizente e reconhecadora de seu inestimável valor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *Anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância*. São Paulo: Instituto Monitor, 2006.
- AZEVEDO, Janete. *A educação como política pública*. 3.ed. Campinas: Leitores Associados, 2004.

BELLONI, Maria Luíza. *Educação a Distância*. Campinas: Autores Associados, 2001.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: *Diário Oficial da União*, n.266, Brasília, 19 dez. 2005.

DRUCKER, Peter. *Desafios gerenciais para o Século XXI*. São Paulo: Pioneira, 1999.

FAZENDA, Ivani. *Didática e interdisciplinaridade*. São Paulo: Papirus, 1993.

FREIRE, P. *Política e Educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 1993.

FREITAS, Marcílio. *Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deviam conhecer*. Petrópolis: vozes, 2004.

GROSSI, Esther Pillar. *A Coragem de mudar em educação*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. S. Paulo: Atlas, 1999.

LIBÂNEO, J. C. *Democratização da No ensino fundamental e médio: a Pedagogia Crítico- Social dos Conteúdos*. São Paulo, Loyola, 1986.

_____. *Pedagogia e pedagogos, para quê ?*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NONAKA, Ihujiro. *Criação de conhecimento na empresa*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PETERS, Otto. *Didática do ensino a distância*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

PRETI, Oreste. *Educação a Distância e Globalização: tendências e desafios*. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 79, n.191, p. 19-30, jan./abr. 1998.

TOFFLER, A. *A terceira onda*. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.